SEM VOTO, GOVERNO FEDERAL TIRA REFORMA DA PREVIDÊNCIA DA PAUTA

"SE BOTAR PRA VOTAR, O BRASIL VAI PARAR"

A aprovação da intervenção federal no Rio de Janeiro obrigou o governo Temer a retirar de pauta a Reforma da Previdência. Não se pode alterar a Constituição enquanto perdurar essa intervenção. De qualquer forma, o governo não tinha os 308 votos necessários para aprovar esta medida repudiada pela população.

Essa possível mudança na previdência social é um ataque direto na aposentadoria do trabalhador, pois aumenta a idade mínima para requerer o benefício - 65 anos homens e 62 anos mulheres – e também o tempo mínimo de contribuição, que passa para 25 anos.

O governo tem propagandeado um "mentiroso" déficit nas contas. Diz que o rombo no ano passado foi de R$ 268,8 bilhões, mas esconde que a dívida das grandes empresas com a Previdência é de R$ 426 bilhões. Na verdade, o governo quer jogar os trabalhadores no colo da previdência privada, oferecida pelos bancos, que vão ganhar ainda mais dinheiro.

MUDANÇAS PREJUDICAM OS TRABALHADORES

Se for aprovada, essa reforma vai atingir principalmente os trabalhadores de menor renda (mais de 80%), que recebe o piso do salário mínimo. Além disso, 80% dos aposentados do INSS urbano também recebem o piso. No geral, a média do benefício é em torno dos 1,5 a 1,6 mil reais. Nesta reforma conseguir a aposentadoria integral será praticamente impossível. Para isso, será preciso contribuir durante 44 anos, ou seja, ninguém mais vai ter aposentadoria integral no Brasil.

Para impedir essa aprovação, as centrais sindicais, junto com os sindicatos, tem pressionado os deputados federais para que não votem a favor desta reforma e contra o trabalhador. As entidades têm alertado aos parlamentares que quem votar a favor do governo não contará mais com os votos do povo, lembrando que esse é um ano de eleição.

Presidente Jesus no ato em defesa dos trabalhadores

Diretoria no Santos Dumont contra a Reforma da Previdência

Os sindicatos têm ocupado os aeroportos e dialogado com esses deputados na hora do embarque. E cada trabalhador também pode ajudar cobrando uma posição do seu deputado. Para o presidente do Sindimetal-Rio, Jesus Cardoso, é importante que cada trabalhador cobre do deputado, pois esse ano ele voltará a pedir o seu voto. Ao mesmo tempo, não podemos deixar que o governo jogue tudo nas costas dos trabalhadores, enquanto os mais ricos continuam intocáveis. A economia precisa crescer, gerar empregos e melhorar as contas da previdência.

Mesmo momentaneamente fora da pauta, é preciso manter a vigilância, continuar pressionando os deputados até que seja enterrada de vez essa reforma inescrupulosa que o governo quer aprovar contra os trabalhadores.

Sindicato só é forte com a participação dos trabalhadores

Neste momento de duros ataques aos direitos dos trabalhadores e à organização sindical fica ainda mais latente a importância da existência de um sindicato autônomo, que seja independente de governos e patrões.

As aprovações da terceirização desenfreada e da reforma trabalhista vieram para prejudicar ainda mais os trabalhadores e tentar, de qualquer modo, enfraquecer a fortaleza da classe trabalhadora, que é o Sindicato. Não por acaso, a reforma atacou a contribuição sindical, cortando uma importante fonte de recurso para as ações dos dirigentes sindicais.

Governos e patrões não querem que a direção sindical esteja diariamente na porta das empresas, dialogando com cada trabalhador, esclarecendo dúvidas e encaminhando as pautas necessárias para as empresas.

Somente a categoria unida com seu sindicato poderá lograr vitórias. Para que isso se efetive, é importante a consciência de cada trabalhador para que seja sindicalizado e contribua cotidianamente com a entidade, que assim pode crescer e atuar diariamente em prol de todos.

Um Sindicato com mais de 100 anos de luta não se curva. A categoria metalúrgica, durante todos esses anos, já deu inúmeras demonstrações da sua disposição para as batalhas. Esses ataques contra a organização sindical também terão resposta. Nossa trincheira de luta continua com a bandeira empunhada, sempre em defesa da classe trabalhadora brasileira.

EXPEDIENTE

META É UMA PUBLICAÇÃO DO SINDIMETAL-RJ TIRAGEM - 7 MIL EXEMPLARES
PRESIDENTE - JESUS CARDOSO - SEC. DE COMUNICAÇÃO - INDALÉCIO SILVA
JORNALISTA RESPONSÁVEL - MARCOS PEREIRA - JP 24308 RJ
DIAGRAMAÇÃO - PALOMA OLIVEIRA
END. - RUA ANA NERI, 152, SÃO CRISTÓVÃO. TEL - 3295-5050
SUBSEDES - NOVA IGUAÇU - R. IRACEMA SOARES PEREIRA JUNQUEIRA, 99 - SALAS 16 A 18, CENTRO.
TEL - 3540-2452. ITAGUAÍ - AV. ITAGUAÍ, 219, SOBRELOJA, LOTE 27, QD 125
TEL - 3781-5429

Categoria aprova contribuição sindical

Em clima de unidade, os metalúrgicos do Rio de Janeiro aprovaram, em assembleia no dia 7 de fevereiro, a contribuição sindical para a categoria. Essa decisão fortalece a luta dos trabalhadores ao reforçar a estrutura sindical da categoria para as batalhas atuais e futuras.

O Sindicato encaminhará para todas as empresas a decisão unânime da assembleia. Ao mesmo tempo estará na porta das fábricas dialogando com os trabalhadores sobre a importância da contribuição sindical em um momento de severos ataques aos direitos dos trabalhadores – como a aprovação da terceirização e da reforma trabalhista e a reforma da previdência que o governo quer votar.

Governo e patrões querem a todo o momento enfraquecer a luta dos trabalhadores pelos seus direitos. Para isso, buscam diminuir a ação dos sindicatos. Uma entidade para ser forte e de luta precisa ser independente, sem ter qualquer atrelamento. Para alcançar isso somente com a participação e contribuição dos trabalhadores.

Na assembleia foi ressaltado ainda que o fim da contribuição sindical é uma artimanha do governo golpista para diminuir os diretos dos trabalhadores, desde a regra do Ministério do Trabalho que dificultou o combate ao trabalho escravo e logo em seguida com a extinção e modificações na CLT.

Importante destacar ainda o posicionamento da ANAMATRA (Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho) que editou o enunciado nº 38 que assim estabelece:

I- É lícita a autorização coletiva prévia e expressa para o desconto das contribuições sindical e assistencial, mediante assembleia geral, nos termos do estatuto, se obtida mediante convocação de toda a categoria representada especificamente para esse fim, independentemente de associação e sindicalização.

II - A decisão da assembleia geral será obrigatória para toda a categoria, no caso das convenções coletivas, ou para todos os empregados das empresas signatárias do acordo coletivo de trabalho.

III - O poder de controle do empregador sobre o desconto da contribuição sindical é incompatível com o caput do art. 8º da Constituição Federal e com o art. 1º da Convenção 98 da OIT, por violar os princípios da liberdade e da autonomia sindical e da coibição aos atos antissindicais.

Sindimetal-Rio retoma pauta com a Fabrimar (Tigre)

A direção do Sindimetal-Rio retomou com a Fabrimar (Tigre) a pauta dos trabalhadores. Na última assembleia com os funcionários havia um forte aparato policial para intimidar os trabalhadores e o Sindicato.

Depois disso a pauta voltou a ser discutida com a empresa. Um dos pontos é o acordo para pagar R$ 500,00 de abono aos seus funcionários, como ficou definido em assembleia entre o Sindicato, trabalhadores e a empresa no fim do ano passado.

Eisa: Sindimetal-Rio ganha na justiça ação para pagamento de verbas rescisórias

Em primeira instância, a justiça deu ganho à ação do Sindimetal-Rio que pede o pagamento das verbas rescisórias devidas aos ex-funcionários do Eisa que foram demitidos sem justa causa, a maioria em 11/12/2015. A decisão ainda será julgada em segunda instância. Processo nº 0100690-09.2016.5.01.0039.

Além das verbas rescisórias, a justiça deu favorável o pedido do Sindicato sobre os depósitos do FGTS, 40% de multa (indenização), auxílio alimentação proporcional no mês da dispensa, pagamento de férias vencidas, 13º salário proporcional e multas, entre outros pontos.

Sobre a recuperação judicial: A KPMG informou que deve se reunir com o Eisa para tratar do processo de recuperação judicial.

Trabalhadores demitidos a partir de 2016 e 2017: Os trabalhadores do Eisa demitidos em 2016 ou 2017 devem entrar em contato com o Sindicato e agendar o atendimento no departamento jurídico para receber orientações sobre o processo judicial.

Na luta e com unidade, trabalhadores da Ebse garantem seus direitos

Após assembleia, paralisação e negociações com a Ebse, os trabalhadores garantiram o pagamento da segunda parcela do 13º e o reajuste salarial da categoria, que a empresa ainda não tinha regularizado.

Após cruzarem os braços, o Sindicato negociou com a empresa, que se comprometeu a acertar todas as dívidas. A unidade dos trabalhadores, junto com o Sindicato, foi fundamental para garantir estes direitos. Cada conquista só vem com a participação dos trabalhadores!

Conquistas na FMC e na Nexans

Em duas empresas importantes – FMC e Nexans – os trabalhadores tiveram avanços. Na primeira, os funcionários aprovaram o PCS, plano de saúde, seguro de vida e o aumento de 2% linear. Além do aumento do vale alimentação em 50% e a construção de um espaço de lazer. Já na Nexans, a categoria garantiu o pagamento, no final de janeiro da PLR no valor de R$ 727,00.

Trabalhador fica sem audiência na justiça

No dia 19 de fevereiro, ocorreria a audiência na justiça com um trabalhador sobre a Capmetal/Air Clean, de pedido de rescisão direita, pois esta já completou 10 meses de salários atrasados e incompletos.

Vale lembrar que é importante que o trabalhador entre com processo para resguardar os seus direitos e procurar algo melhor para ele. Porém, na justiça trabalhista, ele encontrou outro obstáculo: a empresa não compareceu e o juiz alegou que no momento não poderia tomar nenhuma decisão, pois o judiciário até então não havia renovado o contrato com os Correios e, por isso, não tinha certeza da notificação da empresa.

O juiz informou ainda que iria mandar um oficial de justiça até à empresa para notificação e remarcou a audiência para agosto.

Sindimetal-Rio cobra geração de empregos e reativação do setor naval

No dia 20/02, a direção do Sindimetal-Rio esteve durante toda a manhã em Itaguaí, na base da Marinha, onde esteve o presidente Temer. O objetivo foi cobrar a realização de obras para gerar empregos e reativar o setor naval. Na região estão instaladas, além da base naval da Marinha, a Nuclep e a ICN, que no momento constrói o submarino brasileiro.

Na entrada da base da Marinha, apesar da tentativa de intimidação dos militares contra a presença dos dirigentes sindicais, a entidade estendeu suas faixas e bandeiras para mostrar ao Temer a situação dos trabalhadores, que hoje passam por grandes dificuldades, sem emprego e qualquer perspectiva.

O presidente do Sindicato, Jesus Cardoso, criticou a postura deste governo que só tem retirado direitos dos trabalhadores e disse que é preciso tomar ações concretas para realizar novas obras e gerar empregos. "O setor naval está dizimado, os estaleiros fechados e poucas empresas funcionando. Muitos metalúrgicos estão passando por sérias dificuldades. É necessário que o governo retome as obras para que tenhamos empregos e um futuro digno para as famílias. Esse é o nosso recado: não aceitamos corte de direitos, queremos empregos dignos".

Veja alguns pontos do que pode mudar com a Reforma da Previdência

PENSÕES

A reforma impede a acumulação de pensões. No caso de um casal, por exemplo, onde os dois são aposentados, se um deles falecer o parente vivo terá que escolher se ficará com sua aposentadoria ou com a pensão do cônjuge morto. Além disso, o valor das pensões cai para 50%.

INVALIDEZ

A reforma também penaliza aposentados por invalidez separando trabalhadores que sofreram acidentes de trabalho dos demais (trânsito, vítimas de violência ou doença). Apenas o primeiro grupo terá direito a 100% do benefício equivalente a média do salário de contribuição, limitado ao teto. Mesmo assim eles serão prejudicados, porque na regra atual o cálculo do benefício é a média de salários descartando 20% dos salários menores, o que faz com que o valor pago seja elevado. Na nova proposta o valor será calculado pela média de todas as contribuições. Os demais aposentados por invalidez terão 51% do valor mais 1% por ano de contribuição.

NÃO COMBATE OS PRIVILÉGIOS

Essa reforma não atinge militares, deputados ou senadores da ativa. Da mesma forma, o governo não toma qualquer providência para cobrar a dívida das empresas e dos latifundiários, que juntos devem mais de R$ 426 bilhões. Pelo contrário, o governo continua distribuindo isenções e cobrando do trabalhador.

O TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO PARA TER 100% DA APOSENTADORIA

Idade que começou a trabalhar	Idade com direito a aposentadoria	Idade que começou a trabalhar	Idade com direito a aposentadoria
16 anos	65 anos	24 anos	73 anos
17 anos	66 anos	25 anos	74 anos
18 anos	67 anos	26 anos	75 anos
19 anos	68 anos	27 anos	76 anos
20 anos	69 anos	28 anos	77 anos
21 anos	70 anos	29 anos	78 anos
22 anos	71 anos	30 anos	79 anos
23 anos	72 anos	31 anos	80 anos

*supondo não haver intevalo provocado por desemprego ou outros motivos

- Seis brasileiros concentram uma riqueza maior que a renda e salários da metade (100 milhões de brasileiros) da população mais pobre.

- Mais de 70% de brasileiros (22 milhões), aposentados a aposentadas do INSS, recebem o benefício de apenas 1 salário mínimo.